

Poder, diferença e subjetividade: a problematização do normal

Eloisio Moulin de Souza

INTRODUÇÃO

O Grupo de Estudos sobre Poder em Organizações (GEPO) desenvolve pesquisas que rompem com a lógica do *mainstream* funcionalista presente nos estudos organizacionais. Neste sentido, o GEPO desenvolve estudos críticos que buscam trazer, para o campo organizacional, novas formas de se entender e problematizar os fenômenos organizacionais, tendo como principal abordagem norteadora o pensamento pós-estruturalista, também denominada de filosofia da diferença, estudos culturais ou pós-marxismo. Portanto, o GEPO não busca em suas pesquisas melhorar o desempenho e a eficácia das organizações para competirem no “mercado” por meio do aprimoramento dos seus lucros, estratégias e processos. Contrário à hegemonia desta lógica que coloca em primeiro plano a performance organizacional em detrimento de aspectos sociais



o GEPO valoriza aspectos humanos e subjetivos que buscam a justiça social; problematizando a lógica binária, essencialista, universalista e excludente que estabelece categorias identitárias/subjetivas e hierarquias sociais, tendo como foco principal o estudo de aspectos relacionados à construção de subjetividades/identidades em suas relações poder-saber.

Desta forma, o GEPO tem pesquisado principalmente, mas não exclusivamente, três grandes eixos temáticos: (1) gênero, sexualidade, raça, etnia, classe social e corpo; (2) instituições totais (prisão, manicômio, dentre outras); (3) epistemologia e ontologia nos estudos organizacionais. Parte-se do princípio que os temas estudados são aspectos políticos, socialmente construídos por meio de discursos em suas múltiplas relações com o poder e o saber. Neste sentido, a produção do “normal”, das diferenças e das categorias identitárias é analisada como sendo processos éticos-estéticos-políticos contingenciados por aspectos históricos, sociais e culturais. Em outras palavras, “normal”, diferenças e identidades não são elementos neutros, biologicamente determinados ou características apolíticas, sendo, portanto, elementos socialmente produzidos por relações de poder e saber.

Desta forma, para melhor esclarecer as pesquisas realizadas e os principais conceitos utilizados pelo grupo, o próximo tópico deste artigo debaterá o significado de poder presente na sigla GEPO (Grupo de Estudos sobre Poder em

Organizações) e suas relações e diferenças com os conceitos de resistência e dominação. Como as relações de poder estão intrinsicamente relacionadas com a produção de identidades/subjetividades o tópico seguinte tratará deste tema. Também serão discutidas as relações entre poder e saber e suas implicações epistemológicas e ontológicas nos estudos organizacionais realizados pelo GEPO. Por fim são apresentados e explicados com maiores detalhes os temas trabalhados pelo GEPO.

PODER, RESISTÊNCIA E DOMINAÇÃO

Para entender as abordagens epistemológicas e ontológicas relacionadas ao campo organizacional nas quais o GEPO se insere é necessário entender os conceitos de poder, resistência e dominação que aqui serão trabalhados. Primeiramente é importante entender o que a palavra poder significa. O significado de poder está relacionado ao conceito de poder desenvolvido por Michel Foucault e vale ressaltar que Foucault estabelece uma analítica de poder e não uma teoria sobre o poder. Desta forma, sendo uma analítica, Foucault procura acompanhar o processo de transformação das relações de poder em lugar de fixar definições colocadas em busca de uma verdade. Assim, o poder não possui uma natureza, uma essência, uma origem, uma unidade, um objeto. Pelo

contrário, poder sempre é heterogeneidade em constante transformação (FOUCAULT, 1979).

Neste sentido, o poder não é algo que se possui que se adquira ou que se deixe escapar. Em outras palavras o poder não é uma propriedade, pois o poder não pode ser possuído por alguém ou algo. O poder pode somente ser exercido em relações sociais. Portanto, poder é uma relação e, assim sendo, não existe a-priori, mas emerge somente quando uma relação social se estabelece. Em suma: o poder não existe, o que existe são relações e práticas sociais onde o poder é exercido (FOUCAULT, 1979). Por isso Foucault (1988, p. 90) afirma que o poder é microfísico e “se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis”. Portanto, as relações de poder são intencionais e não subjetivas, ou seja, não há poder cujo exercício não tenha alvos, estratégias e objetivos (intencionalidade), mas isto não significa que o poder resulte de escolhas ou de decisões de um sujeito, de uma equipe, de uma presidência, de um governo ou de um mercado, que estariam gerindo a rede de poderes que atuam em uma sociedade.

Portanto, o poder atua por meio de estratégias e táticas que encadeando-se entre si, propagam-se e encontrando condição e apoio mútuos, formam dispositivos de exercício conjunto (FOUCAULT, 1979, 1988, 1999). Poder é uma estratégia sem um estrategista.

O que é o Poder? A definição de Foucault parece bem simples: o poder é uma relação de forças, ou melhor, toda relação de forças é uma “relação de poder”. Compreendamos primeiramente que o poder não é uma forma, por exemplo, a forma-Estado; e que a relação de poder não se estabelece entre duas formas, como o saber. Em segundo lugar, a força não está nunca no singular, ela tem como característica essencial estar em relação com outras forças, de forma que toda força já é relação, isto é, poder: a força não tem objeto nem sujeito a não ser a força. [...] a força não tem outro objeto além de outras forças, não tem outro ser além da relação: é “uma ação sobre ação, sobre as ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes”, é “um conjunto de ações sobre ações possíveis” (DELEUZE, 1988, p.78).

Sendo o poder relações de força ele se manifesta em todas as práticas sociais. Assim, o poder passa a ser analisado em sua microfísica e não como algo incorporado e criado pelos aparelhos de Estado, pelas empresas ou por um sujeito, por exemplo. Esta microfísica apresenta o poder como algo periférico e molecular (FOUCAULT, 1979). Desta forma, os poderes periféricos e moleculares não estão somente no Estado e nem foram confiscados e absorvidos por ele. Não têm sua origem no Estado, nem têm sua origem fora dele, pois o poder não tem origem. O poder manifesta-se no Estado ou em qualquer aparelho central como também em toda periferia da estrutura social (FOUCAULT, 1979).

Entretanto, é através de instituições como o Estado, o judiciário, a escola, a família, a religião, o mercado, a empresa, a arte, dentre outras; que o poder se estabiliza e traça uma linha de força geral. Esta canalização e integração do poder em instituições não caracterizam estas instituições como fontes de poder, nem como sendo sua essência (DELEUZE, 1988). “Os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social e neste complexo os micro-poderes existem integrados ou não ao Estado” (MACHADO, 1979, p. XII). Por isso Foucault (1979) afirma que de certa forma os mecanismos de poder nunca foram estudados, o que se estudou foram as pessoas e as instituições, como se elas fossem fontes de poder.

Contudo, isso não significa que o poder esteja na periferia ao invés de estar no Estado ou em qualquer outra instituição. Vale lembrar que o poder não está localizado em nenhum ponto específico de toda estrutura social. Destaca-se, nesta autonomia relativa da periferia em relação a um aparelho central, que as mudanças e transformações ao nível capilar do poder não possuem necessariamente ligação com mudanças que tem sua origem no Estado ou em uma instituição (FOUCAULT, 1979). Em termos metodológicos, Foucault (1979) prioriza este nível molecular do poder, ou seja, o poder não é estudado do centro para a periferia. Conforme anteriormente dito, o poder é algo que ninguém pode possuir. O poder não está nas pessoas ou nas instituições. O poder não é um objeto,

uma instituição ou um sujeito, mas uma relação. Portanto, o poder só existe em movimento, em exercício. Seu exercício passa por canais muito sutis e ambíguos. As pessoas e as intuições não são a fonte do poder, entretanto, são as pessoas e as instituições que veiculam o poder (FOUCAULT, 1979).

Vale ressaltar que o poder não é algo absoluto e já traz consigo suas possibilidades de resistência. Neste sentido, resistência não é uma reação ou resposta a uma força, mas a condição de existência do poder. "Onde há poder há resistência" (FOUCAULT, 1988, p. 91), e por isso mesmo o poder nunca se encontra em condição de exterioridade a resistência, da mesma forma em que a resistência não se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder. Portanto, não se deve omitir o caráter estritamente relacional do poder no pensamento de Foucault (2003c), pois as relações de poder que emergem a cada instante sempre trazem consigo suas possibilidades de resistência. Assim, Foucault (2003c) quer mostrar que o poder é uma luta perpétua, incessante e multiforme ao invés de uma dominação estável de um mecanismo uniformizante ou de uma estrutura determinante. Conforme o próprio Foucault (2003c, p. 232) declara, "é toda esta agitação perpétua que gostaria de tentar fazer aparecer".

Sendo para Foucault (1979; 2003c; 2004) o poder algo relacional, é de grande importância entender o que seriam estas relações. Primeiramente, não é uma

relação entre dominantes e dominados, pois onde há poder há resistência. Segundo, devido às resistências intrínsecas ao próprio poder que as relações de poder são constantemente abaladas e transformadas, fazendo com que todas as relações de poder estejam sempre em uma luta constante e em transformação. Assim, todas as relações de poder são móveis, reversíveis e instáveis. Por isso só pode haver relações de poder se existir uma certa liberdade para os sujeitos envolvidos nesta relação. Caso um dos sujeitos que participam de uma relação de poder esteja completamente à disposição do outro, torna-se o objeto sobre o qual, este outro, possa exercer uma violência ilimitada, não existe relação de poder. Para que se tenha o exercício de uma relação de poder é necessário que sempre haja uma certa forma de liberdade (FOUCAULT, 2004).

Mesmo quando a relação de poder é completamente desequilibrada, quando verdadeiramente se pode dizer que um tem todo poder sobre o outro, um poder só pode se exercer sobre o outro a medida que ainda reste a esse último a possibilidade de se matar, de pular pela janela ou de matar o outro. Isso significa que, nas relações de poder, há necessariamente possibilidade de resistência, pois se não houvesse possibilidade de resistência – de resistência violenta, de fuga, de subterfúgios, [...] não haveria de forma alguma relações de poder (FOUCAULT, 2004, p. 277).

Portanto, não existe relação de poder se não existir resistência, ou seja, se não existir liberdade no campo social. Não é possível para Foucault (2004) a concepção e ideia de que o poder é um sistema de dominação ou uma estrutura que controla tudo e que exclui qualquer espaço para liberdade. Por isso que resistência não significa contra poder nem uma oposição ao poder instituído para ocupar o seu lugar. As resistências não atuam no sentido de tornarem-se forças hegemônicas em uma relação não possuem uma estratégia. Elas atuam apenas estremecendo, abalando e desestabilizando o que se apresenta como inabalável e estável, ou seja, as resistências atuam das mais diversas formas sem constituírem uma estratégia para tentar impor sua hegemonia em relação às demais forças. Se as resistências estabelecessem uma estratégia deixariam de ser resistência e passariam a ser poder. Desta forma, uma relação de poder em Foucault (2004) sempre é uma relação de poder e resistência.

Por isso, quando Foucault (2004, p. 277) foi acusado de enxergar o poder em todo o lugar, de forma que não haveria lugar para a liberdade, ele afirmou “não é possível me atribuir a idéia [sic] de que o poder é um sistema de dominação que controla tudo e que não deixa nenhum espaço para a liberdade”. Neste sentido, o poder é sutil e ambíguo, pois em seu exercício cada indivíduo, independentemente de sua posição na estrutura social, é “titular” de certo poder (FOUCAULT, 1979). Portanto, o poder não é concebido como um “fenômeno de

dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras” (FOUCAULT, 1979, p.183), pois o poder não é algo dividido entre os que o possuem e aqueles que não o possuem e são dominados.

Se eu fizesse uma concepção ontológica do poder, haveria, de um lado, o Poder com P maiúsculo, espécie de instância lunar, supraterrrestre, e, do outro, as resistências dos infelizes que são coagidos a se vergarem ao poder. Penso que uma análise desse gênero é totalmente falsa, pois o poder nasce de uma pluralidade de relações que se enxertam em outra coisa, nascem de outra coisa e tornam possível outra coisa. Daí o fato de que, por um lado, essas relações de poder se inscrevem no interior de lutas que são, por exemplo, lutas econômicas ou religiosas. Portanto, não é fundamentalmente contra o poder que as lutas nascem. Mas, por outro lado, as relações de poder abrem um espaço no seio do qual as lutas se desenvolvem. [...] é preciso voltar a situar as relações de poder no interior das lutas, e não supor que há de um lado, o poder e, do outro, aquilo sobre o qual ele se exerceria, e que a luta se desenrolaria entre o poder e o não-poder (FOUCAULT, 2003c, p. 276-277).

Desta forma, pode-se concluir que para Foucault o oposto de poder é a dominação e não a resistência. Dominação significa exatamente a ausência ou a extinção das relações de poder com suas lutas intrínsecas. Enquanto as relações de poder pressupõem a existência de certa liberdade para que exista, sendo esta

liberdade denominada de resistência pelo autor, a dominação é um estado em que as práticas de liberdade não existem, ou seja, um estado que não há resistências e não havendo resistência, conseqüentemente, não há poder. Por isso, o poder não pode ser concebido como um “fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras” (FOUCAULT, 1979, p.183), pois o poder não é algo dividido entre os que o possuem e dominam e aqueles que não o possuem e são dominados. O poder deve ser pensado como um fluxo, algo em constante movimento que circula e só funciona em rede, não se constituindo assim em algo fixo. Portanto, o poder “não se aplica aos indivíduos, passa por eles” (FOUCAULT, 1979, p. 183). O que demonstra e reforça o pensamento foucaultiano que constitui o poder como microfísico, não estático, em constante movimento, sempre em transformação, uma constante luta que já traz consigo suas formas de resistência.

Quando se fala em poder, tende-se a imaginar o poder como sendo uma estrutura política, um governo ou uma classe social dominante. Conforme visto, não é a isto que Foucault (2004) se refere quando fala de relações de poder. Para o filósofo, quaisquer que sejam as relações humanas, o poder (relações de poder) está sempre presente. Assim, as relações de poder podem encontrar-se em diferentes níveis e em diferentes formas, são móveis, trazem consigo resistências, podendo, assim, modificar-se. Assim, para Foucault o poder não é um sistema geral de

dominação exercido por um determinado grupo ou elemento sobre os outros e que por um efeito sucessivo atravessa todo o corpo social. Foucault (2003c, p. 277) afirma que o poder “não é outra coisa senão uma certa modificação, a forma com freqüência [sic] diferente de uma série de conflitos que constituem o corpo social, conflitos do tipo econômico, político”. Assim, o poder é visto como a estratificação, a institucionalização, a criação de técnicas e de mecanismos estratégicos que servem em todos esses conflitos. Isto que é considerado, em uma determinada circunstância, como uma relação de poder. Contudo, Foucault (2003c, p. 277) lembra que isto pode ser considerado uma relação de poder, desde que esteja claro que,

[...] esse exercício – uma vez que ele, afinal, não é outra coisa senão a fotografia instantânea de lutas múltiplas e em contínua transformação –, que esse poder se transforma a si próprio sem cessar. Não se deve confundir uma situação de poder, um tipo de exercício, uma certa distribuição ou economia do poder em um dado momento, com simples instituições de poder, tal como podem ser, por exemplo, o exército, a polícia, a administração.

Portanto, os significados de poder, resistência e dominação são bem específicos na obra de Foucault e seus significados não podem ser entendidos adequadamente sem levar em consideração estas especificidades. Estes conceitos norteiam as pesquisas realizadas pelo GEPO sobre a produção da normalidade, diferenças e

subjetividade/identidade, pois se entende que a construção das diferenças, das hierarquias sociais e das identidades/subjetividades está embebida em relações de poder e saber e, por isso, não são aspectos apolíticos, neutros ou biologicamente determinados pela natureza. Assim, dando continuidade a estas análises a próxima sessão visa debater sobre a noção de subjetividade/identidade que norteia o GEPO.

Identidade, subjetividade e poder

O poder geralmente é visto como algo que reprime e que se manifesta apenas pela negação, proibição e punição. Contrariando esta lógica, Foucault (1987) demonstra exatamente que o poder se manifesta, na maioria das vezes, como algo positivo, ou seja, o poder quer muito mais produzir formas de vida do que proibi-las. Assim, o poder objetiva produzir o homem de acordo com as linhas de forças que querem se tornar hegemônicas. Portanto, Foucault (1987) não descarta a negatividade do poder, mas valoriza e enfatiza muito mais a sua positividade em relação a sua negatividade. Foucault (1979, p. 131) quando analisa a mecânica do poder pensa “em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana”. O poder tem como objetivo gerir a vida dos indivíduos e controlá-los nas suas

relações sociais. O poder é exercido no corpo social e não sobre o corpo social (FOUCAULT, 1979),

Tendo como efeito a constituição de uma identidade. Pois minha hipótese é de que o indivíduo não é o dado sobre o qual se exerce e se abate o poder. O indivíduo, com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo, é o produto de uma relação de poder que se exerce sobre corpos, multiplicidades, movimentos, desejos, forças (FOUCAULT, 1979, p. 161-162).

Assim, o poder não pode ser explicado apenas por sua função negativa, mas para entendê-lo deve-se analisar a sua eficácia produtiva, sua positividade, pois o sujeito é uma produção das relações poder-saber, tendo como efeito a constituição de sua subjetividade/identidade. Por isso, o poder não é somente negativo e nem repressivo, mas principalmente positivo. Ao invés de negar, o poder quer produzir multiplicidades, movimentos, desejos e forças (FOUCAULT, 1979). Poder é movimento, é luta que atua em rede, em um fluxo contínuo que passa por toda a estrutura social e não se prende em nenhuma parte dela e nem está sobre ela.

O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles (FOUCAULT, 1999, p. 35).

Portanto, o GEPO não trabalha com uma visão intimista da subjetividade. O que existe são processos de subjetivação que moldam, desmoldam, enfim dobram o homem a todo tempo, e constroem sua subjetividade/identidade. Neste sentido, não se enxerga o homem como tendo uma subjetividade/identidade própria, íntima, centrada, unitária, fechada, indevassável, autônoma, particular e construída por cada indivíduo de forma própria. O indivíduo constitui-se como sujeito através do fluxo de forças que o passam, perpassam, transpassam, ou melhor, são estas forças que constituem o homem como sujeito por meio de processos de reconhecimento e identificação em categorias discursivamente construídas. Portanto, o sujeito é produto de uma tecnologia política que ao mesmo tempo o constitui tanto como sujeito quanto como objeto. Por isso Foucault afirma que o poder atua tanto subjetivando quanto objetivando o indivíduo por meio de dispositivos, como, por exemplo, o dispositivo da sexualidade. O termo dispositivo é utilizado por Foucault para demarcar

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1979, p. 244).

“É para decifrar esse indivíduo em sua própria produção e percorrer, a seu lado, a utilização a que é vinculado que Foucault escreve os ‘diferentes modos de subjetivação do ser humano dentro da nossa cultura’” (FONSECA, 2011, p. 74). Os processos de objetivação envolvem os dispositivos que constituem o indivíduo como objeto, como, por exemplo, os dispositivos disciplinares que constituíram o homem moderno como um objeto dócil e útil (FONSECA, 2011). Os processos de subjetivação envolvem os dispositivos de poder que “fazem do homem um sujeito, ou seja, aquelas que constituem o indivíduo moderno, sendo ele um sujeito preso a uma identidade que lhe é atribuída como própria” (FONSECA, 2011, p. 25). Portanto, o indivíduo só pode constituir-se como sujeito por meio das normas que o constituem como tal. Estas normas atuam de forma discursiva, ou seja, produzindo categorias e identidades por meio do discurso (BUTLER, 1993). Não são os indivíduos que decidem livremente a qual categoria discursiva se afiliam ou não, mas são os jogos de verdade que “os designa por sua individualidade própria, lhes fixa a sua identidade, lhes impões uma lei de verdade que lhes é necessário reconhecer e que os outros devem reconhecer neles” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 302). Por isso que Foucault (1979) afirma que se deve evitar descrever o poder apenas em termos negativos, pois o poder de fato ao invés de somente mascarar, esconder, censurar e reprimir produz o sujeito com seus rituais de verdade.

Essa objetivação e essa subjetivação não são independentes uma da outra; do seu desenvolvimento mútuo e de sua ligação recíproca se originam o que se poderia chamar de 'jogos de verdade': ou seja, não a descoberta das coisas verdadeiras, mas as regras segundo as quais, a respeito de certas coisas, aquilo que um sujeito pode dizer decorre da questão do verdadeiro e do falso. Em suma, a história crítica do pensamento não é uma história de aquisições nem das ocultações da verdade; é a história da emergência dos jogos de verdade: é a história das 'veridicções', entendidas como as formas pelas quais se articulam, sobre um campo de coisas, discursos capazes de serem ditos verdadeiros ou falsos: quais foram as condições dessa emergência, o preço com o qual, de qualquer forma, ela foi paga, seus efeitos no real e a maneira pela qual, ligando um certo tipo de objeto a certas modalidades do sujeito, ela constitui, por um tempo, uma área e determinados indivíduos, o *a priori* histórico de uma experiência possível (FOUCAULT, 2004, p. 235).

Assim, para Foucault (2004) é a experiência que redundava em um sujeito, ou, em sujeitos. O filósofo denomina de "subjetivação o processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, mais precisamente de uma subjetividade, que evidentemente não passa de uma das possibilidades dadas de organização de uma consciência de si" (FOUCAULT, 2004, p. 262). Por isso que o sujeito se constitui por meio de práticas de sujeição e o sujeito não existe *a priori* em relação a estas práticas discursivas. Apesar de poder não ser a mesma coisa que saber, existe uma forte relação entre eles. Os jogos de verdade com suas categorias e

identidades apoiam-se em saberes historicamente, socialmente e culturalmente considerados verdadeiros ou normais nas e pelas relações de poder. Assim, sendo o GEPO um grupo de pesquisa que é conduzido nas e pelas relações de poder a produzir discursos e saberes, como o grupo entende e compreende o significado destes saberes? Portanto, visando responder esta questão a próxima sessão visa debater o que significa saber.

SABERES: CIÊNCIA E SENSO COMUM

Primeiramente para se entender o conceito de saber trabalhado pelo GEPO uma questão deve ser respondida: qual é a relação entre poder e saber? Todo conhecimento é fruto de relações e condições políticas, condições estas que formam tanto o sujeito como também as positividades e, conseqüentemente, os domínios do saber. Em outras palavras, não há saber neutro (FOUCAULT, 2002). Todo saber, inclusive os saberes rotulados como científicos, tem sua invenção, sua emergência e sua proveniência em relações de poder. Não existe poder sem saber e todo saber gera novas relações de poder. Em outras palavras, o saber deve ser analisado não a partir dos tipos de consciência, percepções ou ideologias, mas das estratégias de poder (FOUCAULT, 1979).

Esta relação poder-saber é o que permite o “acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais” (FOUCAULT, 1979, p. 171). Os estudos realizados pelo GEPO consistem em ativar saberes locais, descontínuos, não legitimados e confrontá-los com o saber dominante que pretende purificá-los, ordená-los e classificá-los em nome de um conhecimento verdadeiro. Refere-se a uma insurreição dos saberes contra os efeitos centralizadores do poder que estão ligados às instituições. Trata-se não de dar um fundamento teórico contínuo e sólido a todas as relações de poder que estão dispersas, nem tentar unificá-las, mas de verificar sua emergência e evidenciar o problema que está em jogo nesta oposição, nesta luta, nesta insurreição dos saberes contra a instituição e os efeitos de poder e de saber (FOUCAULT, 1979). Desta forma, pode-se afirmar que:

a genealogia seria portanto, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico. A reativação dos saberes locais – menores, diria talvez Deleuze – contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos intrínsecos de poder, eis o projeto destas genealogias desordenadas e fragmentárias. Enquanto a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes

libertos da sujeição que emergem desta discursividade (FOUCAULT, 1979, p. 172).

Portanto, a genealogia tem como objetivo a inserção dos saberes locais na hierarquia do poder próprio da ciência, para assim libertar os saberes historicamente localizados. A genealogia trava o seu combate contra os efeitos próprios de poder de um discurso denominado científico. Portanto, a diferença entre os saberes científicos e do senso comum é exatamente o ritual que devem passar para que possam adquirir o selo de verdade. Desta forma, o saber científico não ocupa uma posição privilegiada em relação ao senso comum, pois ambos são construídos e legitimados por relações de poder que nunca são neutras. Em outras palavras, Foucault (2003b) afirma que poder não é exterior a verdade e todo saber só pode constituir-se como verdade se investido por relações de poder. Em outras palavras, não há saber neutro.

Entretanto, o que difere o saber científico para o senso comum são exatamente os procedimentos e ritos que ambos devem passar para adquirirem o selo da verdade. Em outras palavras, existe uma ordem do discurso que estabelece seus rituais e por meio deles controla, seleciona, organiza e distribui o discurso (FOUCAULT, 2003b). Desta forma, a ciência é um instrumento utilizado para a formação e a acumulação do saber permeado por rituais específicos que

envolvem relações de poder. A ciência utiliza técnicas de observação, normas para padronizar registros e procedimentos de pesquisa, tendo como principal intuito separar o falso do verdadeiro. Contudo, a ideia de verdade e falsidade como sendo elementos separados, distantes, opostos, não faz sentido. Conforme já falado, a verdade não é exterior ao poder e as forças que constituem os diversos poderes são, por natureza, heterogêneas. “Tudo isto significa que o poder para exercer por meio de mecanismos sutis é obrigado a formar, organizar e por em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber que não são construções ideológicas” (FOUCAULT, 1979, p. 186). Na analítica de poder, Foucault (2003a; 2003c) preocupa-se em estudar o porquê do domínio de um saber, quais condições externas proporcionam o domínio de um determinado saber. É por meio da análise do porquê dos saberes que pretende-se “explicar sua existência e suas transformações situando-o como peça de relações de poder ou incluindo-o em um dispositivo político, que em uma terminologia nietzschiana Foucault chamará genealogia” (MACHADO, 1979, p. X). Entender como estes saberes se constituem e estabilizam um diagrama de forças, analisar como se dá a relação entre poder e saber nos processos de subjetivação e constituição de identidades é o objetivo principal das pesquisas realizadas no GEPO.

Conforme Foucault (1987, p. 27), “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao

mesmo tempo relações de poder”. A microfísica do poder não constitui o poder como uma propriedade, mas como uma estratégia, ou seja, os efeitos do poder não podem ser designados a uma apropriação do poder, mas sim as táticas, técnicas, estratégias que surgem em uma rede de relações sempre em mudança, tornando o poder um exercício, uma prática social. Desta forma, o poder produz saber e as relações poder-saber não podem ser estudadas a partir de um sujeito (pesquisador) que seria livre, em relação ao sistema de poder, para produzir saber, ao contrário, o sujeito que produz saber também é constituído pelas relações poder-saber. “Resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento” (FOUCAULT, 1987, p. 27).

Entretanto, poder e saber não são a mesma coisa e entre eles “há diferenças de natureza, heterogeneidade; mas há também pressuposição recíproca e capturas mútuas e há, enfim, primado de um sobre o outro.” (DELEUZE, 1988, p. 81). Quanto à diferença de natureza, o poder não passa por formas, apenas por linhas de forças. O saber diz respeito a matérias já formadas, cristalizadas e a funções formalizadas e regulamentadas, repartidas palmo a palmo sob as duas grandes condições formais do saber: ver e falar, luz e linguagem, visível e enunciável.

Portanto o saber é estratificado, classificado, arquivado, possuindo uma segmentaridade rígida (DELEUZE, 1988).

O poder, ao contrário, é diagramático, as relações de forças, ou de poder, são microfísicas, difusas, estratégicas, heterogêneas e singulares. O diagrama “é a exposição das relações de forças que constituem o poder” (DELEUZE, 1988, p. 46). O diagrama é o mapa destas relações de forças. Mede intensidade, ligações, densidade entre as forças que não são localizáveis em nenhum ponto da estrutura social, ou melhor, forças que passam por todos os pontos da estrutura social e estão em constante atualização. Sendo o poder algo diagramático, não estratificado e flexível, tendo como efeito outras forças, ele não passa por formas, mas por pontos que marcam a aplicação de uma força, uma ação e reação de uma força sobre outras. Portanto, estas relações entre forças formam uma estratégia anônima, pois escapa das formas estáveis que constituem o saber. O saber é algo estratificado, segmentado e relativamente rígido. O saber forma extratos é constituído pelo visível e o enunciável, ou melhor, pelos aparelhos e regras instituídos (DELEUZE, 1988). Portanto, Foucault (2003a; 2003c) vê o poder como um exercício e o saber como uma norma ou regulamento, destacando-se que todo saber circula por meio do discurso. Assim sendo, o discurso manifesta normas e regulamentos sociais investidos em relações de poder.

Por isso o saber integra o poder, canaliza as diversas forças ou relações diferenciais de poder. Não há no saber nenhuma experiência originária, nova, porque o visível e o enunciável estão ligados as relações de poder que eles mesmos atualizam formando estratos. O diagrama interage e comunica-se com os estratos formados que o estabiliza, mas também se comunica com outro diagrama, ou seja, as outras formas instáveis de diagrama que provocam instabilidades e mudanças. Assim as forças lutam, dominam, são dominadas e perseguem seu destino mutante (DELEUZE, 1988). Devido a isto, a genealogia é o acoplamento dos conhecimentos científicos e das memórias locais, acoplamento este, que permite a constituição de um saber histórico das lutas locais e possibilita a utilização desse saber nas táticas atuais (FOUCAULT, 1999). Nesta empreitada,

que se pode, pois dizer genealógica, vocês vêem [sic] que, na verdade, não se trata de forma alguma de opor à unidade abstrata da teoria a multiplicidade concreta dos fatos; não se trata de forma alguma de desqualificar o especulativo para lhe opor, na forma de um cientificismo qualquer, o rigor dos conhecimentos bem estabelecidos. Portanto, não é um empirismo que perpassa o projeto genealógico; não é tampouco um positivismo, no sentido comum do termo, que o segue. Trata-se, na verdade, de fazer que intervenham saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia filtrá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um

conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns (FOUCAULT, 1999, p. 13).

Portanto, o GEPO procura dar voz aos sujeitos desqualificados, não legitimados, considerados inferiores na hierarquia social. Exatamente por serem desqualificados pelas relações poder-saber os discursos destes sujeitos são considerados incorretos, inapropriados e perigosos. Nas relações entre poder-saber estes discursos são rotulados como falsos, tornando estes sujeitos não só como veiculadores de falsos discursos, mas, principalmente, tornando-os impotentes para discursarem sobre suas realidades, experiências e o vivido. As relações poder-saber ordenam os sujeitos fazendo que a maioria deles não seja ouvida, silenciando-os nos jogos de verdade. Por exemplo, os saberes da família que cuida diariamente de um indivíduo rotulado como “louco” pelo saber médico são filtrados pela ordem do discurso e considerados como sendo saberes inferiores em relação ao saber médico. Portanto, em suas pesquisas o GEPO procura exatamente dar voz aos sujeitos categorizados como inferiores e desqualificados pelas hierarquias sociais para falarem de si mesmos. Para tanto, muitas das pesquisas realizadas pelo grupo focam na produção da normalidade, da diferença e das identidades/subjetividades discursivamente construídas, conforme será explicado a seguir.

PRODUÇÃO DAS DIFERENÇAS: FOCO DAS PESQUISAS DO GEPO

O conceito de diferença trabalhado pelo GEPO segue a lógica pós-estruturalista de pensamento. Neste sentido, diferença não significa apenas que A é diferente de B, sendo que os termos A e B aqui empregados podem significar qualquer forma de categorização social, identidades, letras do alfabeto, sujeitos, objetos, discursos, gêneros, sexualidades, raças, etnias, ou seja, qualquer forma de distinção que produza diferença entre os termos. Entender diferença apenas pela lógica que A não é B, e vice-versa, é uma forma de afirmar que tanto A quanto B possuem unidade, centralidade, coerência interna, fronteiras bem definidas e bem delimitadas. Esta visão de diferença reforça uma lógica binária de pensamento em que um termo sempre está em relação a outro que lhe é seu oposto, criando hierarquias entre os termos na qual um dos polos é valorizado enquanto o outro é desvalorizado. O pensamento binário que envolve a construção de identidades como homem/mulher, heterossexual/homossexual, branco/negro são alguns exemplos desta lógica que estabelece uma relação sempre baseada em nós-eles, onde "nós" não contém "eles" e vice-versa.

O GEPO busca romper com este conceito de diferença baseada em binários. Neste sentido, diferença não significa que A é diferente de B por não conter B, mas que tanto A quanto B são termos descentrados, com fronteiras precárias e abertas,

incoerentes, instáveis e sem uma unidade. Em outras palavras, diferença significa que A contém B e vice-versa, rompendo com a lógica excludente e binária nós-eles. Em outras palavras, tanto A quanto B são internamente fragmentados e contem elementos/características até mesmos antagônicos. Não há uma essência em A ou em B que possa ser buscada, não há uma origem a ser encontrada, não existe uma verdade a ser revelada. Todas as categorias são precárias, instáveis e trazem consigo suas próprias incoerências, antagonismos, ou seja, todas as categorias trazem o outro dentro de si, não existindo fronteiras fechadas entre elas. Em outras palavras, diferença não significa uma relação nós-eles, mas a afirmação de que a diferença está presente “internamente” em cada um dos termos, fragmentando-os. Isso significa que o conceito de diferença trabalhado pelo GEPO não emprega o mesmo sentido coloquial do termo, mas afirma um rompimento com uma lógica binária, essencialista, universalista e excludente que tem como principal objetivo construir e reforçar hierarquias sociais e estereótipos.

Além disso, o GEPO considera que todas as diferenças são aspectos políticos. Portanto, uma concepção biológica da diferença, como sendo algo natural e, assim sendo, pertencendo à ordem da natureza é combatida pelo grupo. Diferenças são construções políticas, sociais, históricas e culturais constituídas por relações de poder-saber que criam categorias sociais e identitárias como sendo “naturais”.

Por exemplo, heterossexual e homossexual não são categorias identitárias determinadas pela biologia, pela genética ou pela natureza, mas sim construções sociais, histórias e culturais envoltas por relações poder-saber que sempre são políticas. Além disso, rompendo com a lógica binária, heterossexual contém homossexual e vice-versa, quebrando com estereótipos e a lógica nós-eles. Contudo, isso não significa que todas as pessoas têm desejos pelo mesmo sexo tanto quanto que todas as pessoas que têm desejo pelo mesmo sexo vivam e identifiquem-se com uma identidade homossexual. Significa que estas categorias são frágeis, abertas, incoerentes, em outras palavras significa que “homossexual” apresenta características consideradas como pertencentes a “heterossexuais” e vice-versa.

Portanto, todas as identidades; por exemplo, identidades de raça, etnia, gênero, sexualidade, dentre outras; são consideradas construções políticas, sociais, culturais e históricas ao invés de características determinadas pela natureza e biologia que buscam estrategicamente apresentar estas identidades como neutras e apolíticas. Desta forma, o GEPO procura problematizar as relações poder-saber que estabelecem discursivamente diversas formas de categorias identitárias em nossa sociedade utilizando-se principalmente os conceitos relacionados a identidade/subjetividade contidos nas obras de Foucault (1988; 1995; 2004) e Butler (1990; 1993). Assim, dentre as diversas perspectivas para se

entender subjetividade/identidade o grupo utiliza os conceitos de subjetivação/objetivação descritos por Foucault tanto quanto os conceitos de performatividade, *performance*, reconhecimento e identificação desenvolvidos por Butler.

Buscando dar voz as categorias identitárias socialmente desqualificadas o GEPO procura pesquisar as produções identitárias/subjetivas que têm relação com sexualidade, gênero, raça, corpo, etnia, classe social, pessoas com deficiência, dentre outras, principalmente, mas não exclusivamente, nas relações de trabalho. Contudo, rompendo-se com a lógica binária, para se entender estas identidades se faz necessário analisar não somente as identidades rotuladas por relações de poder como “minorias”, tal como, homossexuais, mulheres, negros, indígenas, pessoas de baixa renda ou deficientes, mas também as identidades tidas como “normais” e hegemônicas, como, por exemplo, heterossexuais, homens, brancos, europeus, ricos e fisicamente aptos. Ambas as categorias identitárias precisam ser problematizadas em conjunto. Portanto, o GEPO não pode ser considerado um grupo de pesquisa que estuda exclusivamente “minorias”.

Vale ressaltar, que o GEPO não trabalha e nem acredita na perspectiva desenvolvida pelas organizações denominada de gestão da diversidade. Gestão de diversidade é uma perspectiva que entende a diversidade como uma forma

das organizações captarem vantagens competitivas no mercado (METCALFE; WOODHAMS, 2012). Apresentada como uma abordagem que busca a inclusão de pessoas nas organizações, a gestão da diversidade de fato busca a despolitização dos aspectos relacionados a produção da diferença, onde a justiça social é suprimida por discursos de vantagem competitiva, estratégia, performance e lucro (BRAIDOTI, 1994; METCALFE; WOODHAMS, 2012). Holvino, Ferdman e Merrill-Sands (2004) também criticam a gestão da diversidade, principalmente pelo fato de que nesta perspectiva uma organização inclusiva é aquela que capta diversidade de conhecimentos e perspectivas de membros pertencentes a diferentes grupos sociais para utilizá-los na elaboração de sua estratégia, concepção da execução e organização do trabalho, gestão, sistemas, valores e regras visando apenas incrementar os resultados operacionais e financeiros das empresas.

Portanto, devido às críticas apresentadas em relação à gestão de diversidade, o GEPO trabalha com o conceito de diversidade crítica ao invés de gestão da diversidade. A diversidade crítica é uma abordagem que contesta a visão e tentativa de uso instrumental da diferença pelas organizações, baseando-se em uma perspectiva não positivista e não essencialista de diversidade, enfatizando os processos contínuos e específicos de (re)produção de identidades (ZANONI; JANSSENS; BENSCHOP; NKOMO, 2010). A diversidade crítica comunga com as

abordagens acadêmicas pós-estruturalistas, estudos culturais e pós-coloniais, utilizando como principal ferramenta de pesquisa, mas não exclusivamente, a análise do discurso. Neste sentido, a diversidade crítica é muito mais do que apenas aceitar, incluir, apreciar ou tolerar diferenças culturais que existem entre grupos, pois visa problematizar aspectos estruturais relacionados com a produção da própria diversidade (HERRING; HENDERSON, 2012).

Vale ressaltar que não se trata de pesquisar grupos sociais. Se identidades são fragmentadas, instáveis, incoerentes, contraditórias, heterogêneas, múltiplas, com suas fronteiras abertas, não faz sentido tratar categorias identitárias como se fossem categorias universais, fixas, unitárias, estáveis, monolíticas e portadoras de uma essência que define e une homogeneamente todos os sujeitos em torno de uma população (WATSON, 2005). Estudos sobre populações se baseiam na crença de que a população estudada tem uma identidade estável, coerente, universal e unitária. O que se realmente pesquisa são as relações de poder-saber que produzem discursos e categorias identitárias, ou seja, o que se analisa são tanto os processos de categorização quanto as suas desconstruções e não uma população. Além disso, parte-se do princípio que todas as categorias identitárias são “naturalizadas” por normas que operam discursivamente, sendo que se busca exatamente problematizar a produção essencialista e universalista destas identidades normativas (SULLIVAN, 2003).

Entretanto, isto não significa o fim destas categorias identitárias, mas sim entendê-las como um espaço sempre aberto para resignificação e contestação, desestabilizando, desta forma, as lógicas que reforçam estas categorias identitárias como sendo estáveis, universais, homogêneas e binárias. O que se busca é a desestabilização e problematização destas categorias e não a destruição ou o abandono de seu uso (COHEN, 1997). Esta problematização e desestabilização acontecem quando a noção de diferença anteriormente apresentada emerge, pois “designar por meio de categorias identitárias – não é o problema. Ao invés disto, é o poder investido em certas categorias identitárias e a ideia que categorias delimitadas não são para ser transgredidas que sevem como base para a dominação e o controle”¹ (COHEN, 1997, p. 461).

Devido a isto o que se intenta no GEPO é a reconceptualização e problematização das categorias identitárias e não o seu abandono. Além disso, as categorias têm que ser entendidas como sendo interseccionais entre si e não apenas considerá-las de forma isolada. Categorias de raça, gênero, sexualidade se implicam e atuam umas sobre as outras produzindo singularidades entre os sujeitos. Por exemplo, quando se fala de mulher como um sujeito universal está se falando sobre qual mulher? Mulheres brancas heterossexuais não são todas iguais entre si, bem como não são idênticas as mulheres brancas homossexuais, da mesma

¹ Tradução nossa.

forma que estas também não são idênticas entre si. Assim, as identidades se interceptam e produzem singularidades e sujeitos que não podem ser previstos.

Portanto, da mesma forma que é necessária afirmar demandas políticas através do uso das categorias de identidade, também é necessário problematizar o poder que as nomeia e determina as condições sobre as quais este nome é usado (BUTLER, 1993). Assim, o problema não é o uso das categorias em si, mas considerá-las como homogêneas, universais, autodeterminadas e automeadas, abandonando suas historicidades e instabilidades. Vale ressaltar que tanto para Butler (1993) quanto para Foucault (2003b) o sujeito só pode existir como sujeito por meio do discurso, ou seja, não existe um sujeito a priori ao discurso, mas são as normas discursivas com suas categorias identitárias que operam a todo tempo forçando o sujeito a se constituir como sujeito. Enfim, não existe sujeito fora do discurso, nem anterior a ele.

Em relação à produção da diferença, recentemente o GEPO tem se interessado a pesquisar as instituições totais (presídios, manicômios, dentre outras instituições totais). As pesquisas realizadas sobre as instituições totais também são norteadas pelos conceitos anteriormente abordados, visando-se entender os processos de poder-saber que produzem ao mesmo tempo categorias de sujeitos “normais” e “anormais”, “criminosos” e “cidadãos”. Assim, busca-se por meio destas pesquisas

analisar os dispositivos de poder que põem em circulação e fazem legitimam saberes e poderes que atuam na produção de categorias sociais, bem como suas funções políticas e econômicas em um contexto social e histórico específico.

Por fim, o GEPO entende que é importante trabalhar aspectos epistemológicos e ontológicos no contexto dos estudos organizacionais. Devido a isto o GEPO desenvolve também pesquisas que visam a problematização dos saberes no campo da administração; suas estruturas; disciplinas valorizadas e desvalorizadas; conteúdos ministrados; teorias utilizadas; abordagens aplicadas e metodologias empregadas. O estudo das construções sócio históricas dos saberes organizacionais objetiva analisar as “teorias” desenvolvidas no campo organizacional, objetivando problematizar o conhecimento organizacional e as relações poder-saber dentro de uma perspectiva histórica-social. Desta forma, intenta-se debater questões epistemológicas sobre os estudos organizacionais.

Como existe uma forte relação entre epistemologia e ontologia, pesquisar sobre aspectos epistemológicos nos leva automaticamente a trabalhar também com questões ontológicas relacionadas aos estudos organizacionais. Assim, por meio dos estudos ontológicos objetiva-se entender o que é uma “organização” e, desta forma, as possíveis consequências e implicações deste entendimento sobre os estudos organizacionais em si. Vale de antemão ressaltar que, contrariamente ao

mainstream funcionalista hegemônico que permeia os estudos organizacionais, o GEPO não entende organização como sinônimo de empresa, indústria ou órgão/departamento governamental. Em outras palavras, organização não é uma entidade e não existe *a priori*, mas é uma construção social e um processo de *organizing* (MUNRO, 2001; DALE; BURREL, 2000; COOPER, 1986; 2007) que acontecem e não estão restritos apenas a empresas, indústrias e nem se limitam a eles.

PARA ALÉM DA CONCLUSÃO

O GEPO tem realizado diversas pesquisas relacionadas aos temas apresentados, destacando-se os seguintes projetos de pesquisa: "Análises sobre corpo, sexualidade e gênero nas organizações"; "Programas de ressocialização: o discurso das apenadas das instituições penais do Espírito Santo"; "Carreira de mulheres: uma análise dos aspectos de gênero"; "Masculinidades contemporâneas: representações da masculinidade na ótica de trabalhadores homossexuais e heterossexuais do setor minero-siderúrgico". Portanto, o grupo realizou até o presente momento principalmente pesquisas relacionadas a homossexuais, heterossexuais, gênero, presidiárias e corpo. Vale destacar que os principais autores utilizados nos estudos sobre gênero, sexualidade e corpo são Butler (1990; 1993; 2004); Scott (1986), Louro (2004; 2008), Sedgwick (2008), Foucault

(1985; 1988; 2004), Preciado (2002). As análises sobre instituições totais também se fundamentam no trabalho de Foucault (1987).

Além disso, pesquisas sobre aspectos epistemológicos e ontológicos nos estudos organizacionais são constantemente fomentadas pelo grupo e o mesmo já conta com uma considerável produção sobre estes temas (SOUZA; PETINELLI-SOUZA; SILVA, 2013; SOUZA; COSTA, 2013; SOUZA, 2012; SOUZA. BIANCO, 2011; SOUZA; CARRIERI, 2010; SOUZA; MACHADO; BIANCO, 2008; SOUZA; BIANCO; MACHADO; JUNQUILHO, 2006). Contudo, o GEPO ainda tem muito a avançar em suas pesquisas sobre raça, etnia, classe social e deficiência, pois apesar de serem temas de interesse de pesquisa que estão alinhados com o interesse e objetivos do grupo o mesmo ainda não consolidou até o presente momento estudos que envolvem estes temas.

Vale ressaltar que as pesquisas e temas trabalhados pelos GEPO não são monolíticos, ou seja, o fazer pesquisa é considerada pelo grupo como um processo. A pesquisa ser processual implica em dizer que aspectos históricos, sociais e culturais atuam a todo tempo produzindo novas relações poder-saber, que por sua vez produzem diferentes formas de produção da diferença e das identidades, construindo novas realidades sociais. Estas mudanças alteram e influenciam os interesses de pesquisa do GEPO ao longo do tempo. Em outras palavras, o GEPO não

se encontra em uma torre de marfim e as pesquisas que serão desenvolvidas pelo mesmo no futuro não podem ser previstas de antemão. O importante para o grupo é que as pesquisas realizadas estejam atentas as mudanças produzidas por estes processos, buscando-se sempre a problematização da produção do normal e de novas formas de categorias identitárias, visando-se a busca de justiça social.

REFERÊNCIAS

BRAIDOTTI, R. Nomadic subjects: embodiment and sexual difference in contemporary feminist theory. New York: Columbia University Press, 1994. 352 p.

BUTLER, J. Gender trouble: feminism and the subversion of identity. New York: Routledge Classics, 1990. 272 p.

BUTLER, J. Bodies that matter: on the discursive limits of "sex". New York: Routledge, 1993. 304 p.

BUTLER, J. Undoing gender. Oxfordshire: Routledge, 2004. 288 p.

COHEN, C. J. Punks, bulldaggers, and welfare queens: the radical potential of queer politics? *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, Durham, v. 3, n. 4, p. 437-465, May 1997.

COOPER, R. Organization/disorganization. *Social Science Information*, London, v. 25, n. 2, p. 299-335, June 1986.

COOPER, R. Organs of process: rethinking human organization, *Organization Studies*, London, v. 28, n. 10, p. 1547-1573, 2007.

DALE, K.; BURRELL, G. What shape are we in? Organization theory and the organized body. In: HASSARD, J.; HOLLIDAY, R.; WILLMOTT, H. (Ed.). *Body and organization*. London: SAGE, 2000. p. 15-30.

DELEUZE, G. *Foucault*. Lisboa: Edições 70, 1988. 183 p.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. 380 p.

FONSECA, M. Michel Foucault e a constituição do sujeito. São Paulo: EDUC, 2011. 144 p.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. 432 p.

FOUCAULT, M. História da sexualidade III: O cuidado de si. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. 245 p.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987. 264 p.

FOUCAULT, M. História da sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. 164 p.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes. 1999. 396 p.

FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. 244 p.

FOUCAULT, M. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: NAU, 2003a. 160 p.

FOUCAULT, M. A ordem do discurso. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003b. 80 p.

FOUCAULT, M. Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003c. 464 p.

FOUCAULT, M. Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. 392 p.

HERRING, C.; HENDERSON, L. From affirmative action to diversity: toward a critical diversity perspectives. *Critical Sociology*, London, v. 38, n. 5, p. 629-643, Sep. 2012.

HOLVINO, E.; FERDMAN, B. M.; MERRILL-SANDS, D. Creating and sustaining diversity and inclusion in organizations: Strategies and approaches. In: STOCKDALE, M. S.; CROSBY, F. J. (Ed.), *The psychology and management of workplace diversity*. Malden: Blackwell, 2004. p. 245-276.



LOURO, G. L. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 96 p.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2008. 184 p.

MACHADO, R. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. VII-XIII.

METCALFE, B. D.; WOODHAMS, C. Introduction: new directions in gender, diversity and organization theorizing: re-imagining feminist post-colonialism, transnationalism and geographies of power. *International Journal of Management Review*, Oxford, v. 14, n. 2, p. 123-140, June 2012.

MUNRO, R. Unmanaging/disorganisation, *Ephemera: critical dialogues on organization*, Warwick, v. 1, n. 4, p. 395-403, Nov. 2001.

PRECIADO, B. *Manifiesto contra sexual*. Madrid: Editorial Opera Prima, 2002. 224 p.

SCOTT, J. W. Gender: a useful category of historical analysis. *American Historical Review*, Oxford, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, Dec. 1986.

SEDGWICK, E. K. *Epistemology of the closet*. Berkeley: University of California Press, 2008. 280 p.

SOUZA, E. M. Pós-modernidade nos estudos organizacionais: equívocos, antagonismos e dilemas. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 270-283, jun. 2012.

SOUZA, E. M.; BIANCO, M. F. Subvertendo o desejo no teatro das organizações: problematizações contemporâneas sobre o desejo e a expansão da vida nas relações de trabalho. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 394-411, jun. 2011.

SOUZA, E. M.; BIANCO, M. F.; MACHADO, L. D. JUNQUILHO, G. Contribuições de Foucault e os estudos organizacionais sobre poder. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 13, n. 36, p. 13-25, jan./mar. 2006.

SOUZA, E. M.; CARRIERI, A. P. A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero. *Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 46-70, maio/jun. 2010.

SOUZA, E. M.; COSTA, A. M. Usos e significados do conhecimento histórico em estudos organizacionais: uma (re)leitura do taylorismo sob a perspectiva do poder disciplinar. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 1-15, mar. 2013.

SOUZA, E. M.; MACHADO, L. D.; BIANCO, M. F. O homem e o pós-estruturalismo foucaultiano: implicações nos estudos organizacionais. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 15, n. 47, p. 71-86, out./dez. 2008.

SOUZA, E. M.; PETINELLI-SOUZA, S.; SILVA, A. R. L. O pós-estruturalismo e os estudos críticos de gestão: da busca pela emancipação à constituição do sujeito. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 17, n. 2, p. 198-217, mar./abr. 2013.

SULIVAN, N. *A critical introduction to queer theory*. New York: New York University Press, 2003. 240 p.

WATSON, K. *Queer theory*. *Group Analysis*, London, v. 38, n. 1, p. 67-81, Mar. 2005.

ZANONI, P.; JANSSENS, M.; BENSCHOP, Y.; NKOMO, S. Unpacking diversity, grasping inequality: rethinking difference through critical perspectives. *Organization*, London, v. 17, n. 1, p. 9-29, Jan. 2010.

Poder, diferença e subjetividade: a problematização do normal

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar o Grupo de Estudos sobre Poder em Organizações (GEPO). Neste sentido, vale ressaltar que o GEPO busca romper com o *mainstream* funcionalista presente nos estudos organizacionais, problematizando as relações de poder e saber que produzem o “normal” e o “diferente” por meio da construção discursiva de categorias identitárias, além de problematizar aspectos epistemológicos e ontológicos relacionados aos estudos organizacionais. Os principais conceitos, temas, autores e pesquisas trabalhadas pelo GEPO são apresentados.

Palavras-chave

GEPO, Pós-estruturalismo, Diferença, Poder, Identidade.

Power, difference and subjectivity: queering the normal

Abstract

The main goal of this article is to present the Grupo de Estudos sobre Poder em Organizações (GEPO). It is necessary to highlight that the GEPO disrupts the functionalist logic present in organizational studies, searching for problematizing power relations and knowledges which produce the “normal” and “different” through the discursive construction of identity categories and also problematizing epistemological and ontological aspects related to organizational studies. Then, the main concepts, themes, authors and research developed by GEPO are presented.

Keywords

GEPO, Poststructuralism, Difference, Power, Identity.

Poder, diferencia y subjetividad: el cuestionamiento de lo normal

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar el Grupo de Estudios sobre el Poder en las Organizaciones (GEPO). En este sentido, cabe destacar que el GEPO busca romper con la corriente funcionalista en los estudios organizacionales, discutiendo las relaciones de poder y el conocimiento que producen el "normal" y "diferente" a través de la construcción discursiva de las categorías de identidad, y discutir aspectos de la epistemológica y ontológica conexos a los estudios organizacionales. Se presentan los principales conceptos, temas, autores e investigaciones trabajadas por GEPO.

Palabras clave

GEPO; Post-estructuralismo; Diferencia; Poder; Identidad.

Autoria

Eloisio Moulin de Souza

Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: eloisiomoulin@gmail.com.

Endereço completo para correspondência

Eloisio Moulin de Souza. Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Departamento de Administração, Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória, ES, Brasil. CEP 29075-910. Telefone: (+55 27) 40097708.

Como citar esta contribuição

SOUZA, E. M. Poder, diferença e subjetividade: a problematização do normal. Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, Belo Horizonte, n. 1, p. 113-160, jun. 2014.

Contribuição Submetida em 6 ago. 2014. Aprovada em 6 ago. 2014. Publicada online em 4 set. 2014. Sistema de avaliação: Convite. Avaliação sob responsabilidade do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Editor: Luiz Alex Silva Saraiva.

